



EVIDENCE: SISTEMATIZANDO A HISTÓRIA DE ITAUCU

Fábio Júlio de Paula BORGES¹ (UEG)

Orientadora: Alessandra Carlos Costa GRANGEIRO² (UEG)

GT 10 – ESTUDOS LITERÁRIOS

RESUMO

Na obra, *Introdução ao Romance Histórico*, Bastos (2007) aponta alguns componentes definidores da historicidade de um romance, dentre eles, a importância do material utilizado ser documental e de extração histórica. Grangeiro (2016) explica em seu artigo *O ensino da literatura e da história: uma relação dos saberes* que, tanto o ficcionista, quanto o historiador, podem recorrer aos mesmos procedimentos de conexão na tessitura de uma intriga, tais como, o calendário, a sequência de gerações, os arquivos, documentos e rastros. O sociólogo Halbwachs (2016) em sua obra *A Memória Coletiva* elucida que se recorre a testemunhos para reforçar, enfraquecer ou completar algo que já se sabe sobre determinado evento. Dentro dessas perspectivas teóricas, este artigo tem como objetivo discutir os resultados do plano de trabalho “*A reconstrução da história de Itauçu, por meio de um romance histórico*”, vinculado ao projeto de pesquisa “*História, Cultura e Literatura em Goiás: uma relação de saberes*”. Através dessa pesquisa, a história de Itauçu/Go foi recontada parcialmente, por intermédio do romance *Quando o Céu Cai*, do acadêmico-pesquisador, Fábio Júlio de Paula Borges. Desse modo, pretende-se demonstrar o resultado final dessa pesquisa, levando-se em consideração aspectos sociopolíticos, religiosos, econômicos e culturais do eixo 1950-2000. No processo de reconstituição, foi utilizado um *corpus* bibliográfico, histórico, sobre a cidade, consubstanciado em (COELHO, 2001), (JOSÉ, 2009), (SOUSA, 2015) e (BORGES, 2005). Além disso, para a investigação, recorreu-se às memórias de moradores de Itauçu, inclusive, às do historiador Chafi José, que é considerado na cidade como um dos maiores guardiões da memória itauçuense. O material pesquisado tem contribuído para o resgate, preservação, sistematização e divulgação da memória histórica, e cultural da cidade.

Palavras-chave: Pesquisa. História. Memórias. Literatura. Romance Histórico.

¹Acadêmico do curso de Letras - Língua Portuguesa/ Língua Inglesa e suas respectivas literaturas da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Inhumas. Membro do Grupo de Pesquisa em Literaturas de Língua Portuguesa/GEPELLP - CNPq. E-mail: depaulafabio@outlook.com..

²Professora na Universidade Estadual de Goiás, Brasil. Mestre e Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999/2011). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Portuguesa. Tem feito investigação acerca do ensino de literatura numa perspectiva transdisciplinar, principalmente nos seguintes temas: tempo, espaço, memória e história. E-mail: alessandraccosta@gmail.com.



INTRODUÇÃO

“A noção de documento dá apoio, garantia, a uma história que é contada”. É essa a afirmação que Grangeiro (2016) traz em seu trabalho “O ensino da literatura e da história uma religação dos saberes”, quando explica que, no processo de (re) construção de uma história, os documentos, além de garantirem uma veracidade ao fato narrado, servem de base para a diferenciação dos elementos fictícios da narrativa.

De acordo com Ricoeur (1997, p. 197-198 *apud* Grangeiro 2016, p. 8), “Esse papel de garantia constitui a prova material, o que em inglês é chamado de ‘evidence’, da relação que é feita de uma seqüência de acontecimentos”. Desse modo, a autora explicita que tanto o historiador, quanto o escritor podem recorrer dos mesmos procedimentos para a sistematização das informações pesquisadas:

o ficcionista pode recorrer também aos procedimentos de conexão utilizados pelos historiadores como o calendário, a seqüência de gerações, os arquivos, documentos e rastros. Assim veremos que a armação da intriga que é tecida pelas respostas às perguntas “o quê”, “como”, “quem”, “em que circunstância” etc. converge para os procedimentos de conexão. (GRANGEIRO, 2016, p. 6).

Dessa maneira, conclui seu pensamento dizendo que “é possível pensar a historiografia contemporânea como uma ampliação da memória coletiva.”. (GRANGEIRO, 2016, p. 8).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir os resultados do plano de trabalho “*A reconstrução da história de Itauçu, por meio de um romance histórico*”, vinculado ao projeto de pesquisa “*História, Cultura e Literatura em Goiás: uma religação de saberes*”.

Através dessa pesquisa, a história de Itauçu/Go foi recontada parcialmente, por intermédio do romance *Quando o Céu Cai*, do acadêmico-pesquisador Fábio Júlio de Paula Borges. Assim, pretende-se demonstrar o resultado final da investigação, levando-se em consideração aspectos sociopolíticos, religiosos, econômicos e culturais do eixo 1950-2000.

No processo de reconstituição, foi utilizado um *corpus* bibliográfico, histórico, sobre a cidade, consubstanciado em: COELHO (2001), JOSÉ (2009), SOUSA (2015) e BORGES (2005).

Além dos elencados, para



a investigação, recorreu-se às memórias de moradores de Itauçu, dentre eles, o historiador Chafi José, que é considerado, na cidade, como um dos maiores guardiões da memória itauçuense.

A pretensão desse artigo não é a de aprofundar nos embates sociais do período citado, no que diz respeito ao Brasil e ao próprio município, mas de compreender, expor e sistematizar os dados coletados sobre a cidade que serão utilizados, posteriormente, na tessitura da continuação do romance histórico sobre o município.

Bastos (2007, p. 106) aponta alguns elementos necessários para que um romance seja histórico, dentre eles, segue um dos que tem norteado essa discussão:

a matéria narrada deve ser predominantemente de extração histórica, como tal entendida a que já foi objeto de registro documental, escrito ou não e pode ser recuperada discursivamente. Para ser de extração histórica, deve integrar o acervo de memórias de uma comunidade, nacional preferencialmente, de modo a permitir o re-conhecimento dos componentes que já eram familiares ao leitor medianamente informa sobre a vida social, histórica, dessa comunidade;.

Outro componente são as *marcas registradas*, assim Bastos (2007, p. 107) as define:

no nível imediato da textualidade, é imprescindível a presença de marcas registradas, isto é, nomes próprios (de pessoas, de instituições, de eventos), datas históricas, topônimos etc. que sejam reconhecíveis pelo leitor medianamente informado sobre a história de uma determinada comunidade. Essas marcas, por terem poder alusivo mais acentuado que as marcas de procedência não-histórica, funcionam como detonadores do processo de reconstituição de um campo de referências indispensável à historicidade da matéria narrada.

E é essa matéria de extração histórica, apoiada nas memórias de moradores de Itauçu, bem como as marcas registradas que serão abordadas no tópico seguinte.

A Coexistência de Embates Sociais: Itauçu no Eixo 1950-2000

Os embates sociais não podem ser entendidos de forma isolada. Vive-se em uma sociedade, e todas as alterações políticas interferirão nas relações econômicas e, nesse sentido, nas religiosas, educacionais, entre outras. É uma cadeia onde coexistem os conflitos entre análogos e os opostos. E é sobre isso que vamos falar aqui, sobre essas dualidades que



marcaram a cidade de Itauçu. Conforme explica Borges (2005, p. 112):

A partir da década de 1950, a ocupação econômica da terra intensificou-se em todo o estado de Goiás, o capital passou a controlar, cada vez mais, o trabalho no campo, visando extrair a renda da terra, expropriando o pequeno proprietário e expulsando os meeiros e arrendatários. Esta forma da apropriação da renda da terra foi marcada por inúmeros conflitos em todo o estado. A história do município de Itauçu ilustra esta situação: aos poucos, as lavouras de café foram sendo substituídas pelas pastagens de gado, pois, visando formar suas pastagens, os fazendeiros arrendavam suas terras a meeiros (arrendo de 50%) e, no prazo máximo de três anos, sem dispêndio de capital, recebiam a renda da terra em produtos e ficavam, ainda, com os pastos formados, expulsando, então, os arrendatários de suas fazendas. Acontece, assim, a expropriação e expulsão do trabalhador do campo. Estes conflitos foram marcados pela tentativa dos partidos políticos, Igreja e Estado de incorporarem as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Através do trabalho de Borges (2005), compreende-se que Itauçu, antes de 1950, foi marcado pela forte economia cafeeira. Após a crise de 1929 que atingiu os Estados Unidos e afetou, inclusive, o Brasil, na época, um grande exportador do café precisou queimar seus estoques, ordenado pelo governo de Getúlio Vargas, fazendeiros da cidade tiveram de buscar outras alternativas de investimento para conduzirem os seus negócios. Uma delas a criação de gado, como foi o caso do personagem histórico Ernesto Magalhães.

Assim, os conflitos que marcaram a cidade, após essas mudanças, dizem respeito a: consciência e a luta dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, a expansão do capitalismo no campo, o êxodo rural e a migração urbana para centros mais industrializados, as tensões entre Igreja e Estado e, conseqüentemente, aos movimentos em prol da terra e dos direitos dos lavradores. Nesse sentido, Borges (2005, p. 33) afirma que:

A expansão do capitalismo pelo campo provocou inúmeras mudanças por meio da criação de um mercado interno de matérias-primas, de instrumentos de trabalho e de meios de subsistência, transformando tudo em mercadorias. Em Goiás, como em todo o país, essa expansão elevou os custos da produção agrícola, pois o capital, além da taxa média de lucro, precisa produzir um sobre lucro para pagar a renda da terra. Assim, começou a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, pois é a terra, a disputa por ela, que traz para o confronto direto trabalhadores rurais e fazendeiros. A terra passa a ser um instrumento de dominação em torno da qual surge o confronto entre estes agentes.



É dentro desse cenário de disputas que surge um importante personagem histórico, Sebastião Bailão. Conforme biografia traçada por Borges (2005, p. 42):

Sebastião Gabriel Bailão (02/11/1927), o comunista presidente e fundador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu e, posteriormente, do Sindicato dos produtores Autônomos de Itauçu foi o primeiro articulador da organização dos trabalhadores rurais nesta região, podendo ser considerado um ‘intelectual orgânico’. Semi-alfabetizado, ministrou cursos e palestras no Brasil e no exterior. Hoje, mora e São Luiz dos Montes Belos.

Em seu trabalho, Borges (2005) mostra um líder destemido, membro do Partido Comunista (PC) e das Ligas Camponesas que muito atuou na defesa dos “desfavorecidos”. Benzedor, viveu fortes tensões dentro dos movimentos dos quais era filiado. Perseguido na cidade de Itauçu por líderes religiosos das igrejas protestante e católica, políticos e fazendeiros. Foi preso durante o regime da ditadura militar. Após suas lutas, entrou para a história e memória do povo itauçuense.

De acordo com Borges (2005, p. 42): “Ao analisar a vida deste líder das Ligas Camponesas, deparamo-nos com um perfil de um moço cujas atitudes deixam transparecer mais a cultura camponesa (solidariedade, religiosidade popular) que a ideologia do Partido Comunista.”. Bailão dentro do romance histórico poderá ser uma marca registrada, a fim de que o leitor situe o contexto, sua atuação, e os limites da veracidade do fato narrado. Nesse ato de leitura e de reconhecimento, o leitor desperta a sua memória histórica, acerca do que ouviu, diferente da autobiográfica que Bailão tinha dos eventos dos quais participou. Pois uma coisa é quem acompanha e conta, outra é quem participa do fato e o narra.

Haveria portanto motivos para distinguirmos duas memórias que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 2006, p. 73).



Isso vem confirmar o intuito de Grangeiro (2016) acerca da memória coletiva como ampliação da historiografia contemporânea, dando voz aos personagens que vivenciaram suas tramas e seus dramas. Exemplo disso é a memória que Bailão tem de decisões que o PC tomava:

E o partido tirou a resolução de eu vender minhas posse e dar o dinheiro pra lá, porque eu não tinha filho, né? E dá o dinheiro prá lá pra eles comprar armas pra Formoso. Ai eu vendi e saí sem dinheiro nenhum e passei a ganhar do partido um salarinho de fome [risadinha]. E tiraram a resolução daí ser fundador da primeira associação de lavradores de Itauçu (Sebastião Bailão, 2004 *apud* Borges, 2005, p. 43).

Muitas vezes, a historiografia descreve resumidamente os embates sociais e, de maneira geral, não pode aprofundá-los, nem oportunizar que outros participem contribuindo com suas informações e podendo dizê-las, cada um à sua maneira. O romance histórico e até mesmo a metaficção historiográfica traz à cena esses indivíduos. Essa é uma forma de estreitar os feitos de cada marca registrada em seus *locus*, como é o caso de Bailão, em Itauçu, mesmo que tenha feito parte de um partido de projeção nacional e internacional, de ligas, ele não está inscrito na história geral brasileira, nem naquela elaborada por Eric Hobsbawm. No entanto, nos mostra oralmente e, posteriormente, pelas conclusões de Borges (2005), que existem outras “verdades” e formas de se ver os embates.

A fala de Bailão evidencia algumas irregularidades do partido a que pertenceu e, assim, Borges (2005, p. 112) enfatiza:

Na atuação das Ligas, ações coletivas não foram traçadas pelos trabalhadores rurais, foram impostas pelo Partido de cima para baixo. As falas do líder Sebastião Bailão demonstram essa afirmação, ele sempre se refere às ações dizendo que o Partido “tirava a resolução” e eles cumpriam. Sua fala revela-o como um agente coletivo que fala em nome do Partido, o Partido resolvia e eles cumpriam. Sobre as estratégias de ação em relação à apropriação da renda da terra, podemos destacar: a luta pela baixa do arrendo, o encaminhamento legal dos problemas do campo, a fundação da Associação e, posteriormente, do Sindicato e a organização político-partidária. Nesta luta, os trabalhadores fizeram alianças com a Igreja Pentecostal e com o estado, mediante a Setas e a Supla.

A crítica de Bailão em relação ao partido era a de que por mais que estivessem aliados às diligências dele, muitas de suas ações não englobavam alguns princípios e



pensamentos dos trabalhadores. Isso significa a hierarquia estabelecida pelo capitalismo, algo que deveria ser negado por eles, uma vez que precisavam caminhar juntos.

Em seu trabalho, Borges (2005) abre espaço para a crítica acerca dessa postura do partido. No que diz respeito à perseguição causada, a priori, pelos protestantes, posteriormente, os trabalhadores acabaram fazendo uma aliança com eles. De acordo com Borges (2005), o fato da religiosidade, da visão de não ter apego aos bens materiais, e devotar as vidas aos cuidados do próximo, da moral e postura séria, estreitaram os laços com os idealismos dos membros do partido. Isso se deu através do que a autora cita como Setas (Secretaria do Trabalho e Ação Social) e Supla (Superintendência da Reforma Agrária).

Outro ponto a ser discutido sobre a vivência dos trabalhadores e suas lutas é o analfabetismo. De acordo com Castro (1992, p. 8-12 *apud* Borges, 2005, p. 61):

Neste momento histórico de grande efervescência política e social que foi o período de 1960 a 1966, Goiás foi palco de grandes conflitos no campo, o que atraía as atenções nacionais. O governo Mauro Borges apresentava uma posição progressista, fator que contribuiu para que grupos de esquerda busquem, no estado, espaço para sua atuação. Outro fator que contribuiu para que este estado tradicionalmente agrário e afastado dos centros de decisão se alinhasse com os grandes centros urbanos do país foi o posicionamento de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, na CNBB. Goiás atraía um grande número de migrantes, fator intensificado com a construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital da República e com as novas frentes de produção agrícola.

Para o desenvolvimento do MEB (Movimento de Educação de Base), houve uma convergência entre Estado e Igreja Católica. Contudo, o movimento é uma proposta da Igreja com o intuito de atingir as camadas populares. “Ainda em 1961, são inauguradas, solenemente, as escolas radiofônicas em Goiás. Na cerimônia, Dom Fernando discursa diante da imprensa e de autoridades religiosas e civis do estado. A equipe estadual foi apresentada à imprensa.” (BORGES, 2005, p. 62). Esse movimento tem como cerne uma pedagogia popular, voltada para o incentivo da população rural ao conhecimento, à alfabetização, do manuseio da terra e das noções de higiene. Para a conscientização dos lavradores, usavam o rádio para a difusão das orientações, além disso, contavam com monitores cada qual de sua própria comunidade. Muitas vezes, eram escolhidos pelo padre e integravam o corpo social e da igreja e deveriam saber ler e escrever.



Itaçu foi palco de todos esses conflitos. Como já registrado pela historiografia local e no romance *Quando o Céu Cai*, a cidade recebeu a visita de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. A historiadora Raíssa José (2009) registrou em seu trabalho um desses ilustres momentos:

Em 1962, o Juscelino Kubitschek foi eleito senador por Goiás. Além disso, em 1964, houve o golpe militar no Brasil. Assim que Juscelino deixa a presidência, ele começa a realizar uma campanha para sair candidato ao senado federal, representando o Estado de Goiás, foi fazendo campanha por várias cidades de Goiás que ele visitou Itaçu. (JOSÉ, 2009, p. 67).

Essa visita de Kubitschek foi registrada por meio de fotografia, exposta no livro “Nada é mais como antes – Memórias” de Chafi José (2017), o historiador assim a descreve:

No meio da foto, sabem quem é? Sim, é o Presidente Juscelino Kubitschek. Do lado dele, em ordem, o doutor Luis Costa, o Carlito, o Jerônimo Bailão e o Anibal. E do lado esquerdo, seu Bernardo, o Dito do Ilídio, o Ilete Bueno e o Dário Garcês. Ao fundo, me esqueci o nome do homem, ele queria muito conhecer o Juscelino, mas o povo ficou na frente. Alguém lhe falou pra ficar na janela para ao menos sair na fotografia. JK, como é conhecido o então presidente, fez o comício em cima do meu caminhão, porque não tínhamos palanque nem nada. O prefeito me chamou e perguntou como íamos fazer. Eu tive a ideia de descarregar o caminhão para fazer o comício, em frente à rodoviária antiga. (JOSÉ C, 2017, p.74).

Mais do que uma visita, o presidente mantinha relações com Ary Demósthene, político de Itaçu. De acordo com Coelho (2001, p. 38), ao abordar a relação existente entre o genro de Bernardo Lobo, Dr. Ary Demósthene, ambos personagens históricos de Itaçu, com o presidente Juscelino, relata:

Dr. Ary foi cabo eleitoral de Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando este candidatou e foi eleito Senador da República pelo Estado de Goiás. Percorreu várias cidades do estado em companhia de JK, fazendo comícios públicos e discursando juntos no mesmo palanque. Inclusive na cidade de Itaçu aconteceu um destes comícios, onde o senhor Chafi José conta com orgulho que foi em frente a rodoviária, em cima de seu caminhão, que Dr. Ary e JK discursaram pedindo votos aos itauçuenses. Segundo Dona Wilma, JK se hospedou em sua residência, em Itaçu, deixando duas revistas autografadas, uma para seu pai, Bernardo Lobo, e outra para seu esposo, Dr. Ary Demósthene. O prestígio de Dr. Ary era tanto, que o governador Mauro Borges estava o preparando para ser o seu substituto frente ao governo do estado, fato que somente não aconteceu devido ao golpe militar de 1964 que cassou o mandato do governador Mauro Borges e os direitos políticos de Dr. Ary Demósthene e outros, sob alegação de que ambos eram comunistas. E,



dessa forma, o regime militar interrompeu uma brilhante carreira de um brilhante cidadão e político.

No excerto acima, nota-se o que já fora discutido, acerca do que o historiador em seu processo de reconstituição faz que é coletar, selecionar e escrever sobre o fato de forma resumida, e a outra parte é a oportunidade de expressão –memórias–, que o sujeito tem ao falar sobre suas vivências em uma memória autobiográfica, mas que está vinculada a fatos da história geral do Brasil. Segundo Halbwachs (2016, p. 29): “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que já sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós.”.

Quando Coelho (2016) fala acerca da repressão provocada pela ditadura militar contra o Dr. Ary Demósthene, acusado de ser comunista, nota-se que não foram isentos, nem representantes da cidade, muito menos os do campo, como Bailão. Pode-se constatar esse fato pela interpretação de Borges (2005, p. 114):

O poder público municipal, nesta luta pela renda da terra, sempre se posicionou do lado dos fazendeiros e contra as organizações coletivas e individuais dos trabalhadores rurais, tendo como estratégias de ação negar a troca de professores solicitada pelos trabalhadores rurais, dificultar o processo de construção da escola, decretar o fechamento das escola radiofônica, cassar o mandato de Sebastião Bailão e denunciar aos militares a atuação da AP no município, adulterar o número de trabalhadores rurais do município para impedir a abertura do STR, construir uma cerca no terreno da Igreja em Roselândia separando a escola da comunidade, enviar um trator para arar cobrando apenas o óleo e, assim, impedir a adesão à Comunidade Sebastião Rosa da Paz, não consertaram as estradas de Roselândia, para impedir que os trabalhadores rurais fossem até a cidade reivindicar ou organizar o STR. (BORGES, 2005, p. 114).

O período da ditadura militar trouxe graves feridas e sequelas para o Brasil e, não poderia ser diferente para Itauçu. Foi um período de grandes tensões na cidade e no campo. Além de Sebastião Bailão, outros trabalhadores foram presos em 1967, inclusive o escritor Parcival Moreira e o seu irmão Oscavú, ambos monitores do MEB, membros da AP (Ação Popular) e fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu (STR/Itauçu).

Após o período de repressão, os trabalhadores foram alvos de críticas, afrontas, humilhações por parte,



tanto da sociedade, quanto de suas famílias, que os viam como uma vergonha, ou uma ameaça, por terem sido presos e por serem comunistas. Borges desabafa sobre as dificuldades de reconstituição da história desse período de repressão, pois muitos temiam falar sobre a ditadura e serem alvos de perseguições.

É nesse processo de inserção dos trabalhadores, vítimas da ditadura, na sociedade itauçuense que as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) despontam. Em breve explicação acerca de seu significado, explica Borges (2005, p. 94): “As CEB's, formadas por pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (nas cidades) ou de uma capela (na zona rural), nascem por iniciativa de leigos ou religiosos. São de natureza religiosa e têm caráter pastoral.”. Sobre a atuação das CEB's em Itauçu temos:

As CEB's conseguiram inovar com relação à participação ativa dos trabalhadores rurais na solução de seus problemas, sobretudo nos relacionados à renda da terra, ao STR e ao trabalho de associativismo. [...] Nesta luta contra a expropriação, muitos foram os desafios e as derrotas: a heterogeneidade dos membros do trabalho de associativismo; a rigidez do estatuto e do regimento interno, que exigia que seus sócios participassem das reuniões e assembleias da comunidade; a pressão dos fazendeiros para que não se associassem. A dificuldade de dar continuidade aos estudos dos filhos fez com que famílias se mudassem para a cidade, é a expulsão que acontece de modo suave, disfarçada, ela não é direta, se dá pela não criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo. A tendência dele é tornar-se um assalariado na cidade, mesmo que seja um bóia-fria nas plantações de cana da região de Inhumas. (BORGES, 2005, p. 115).

As CEB's desempenharam uma importante função na condução desses trabalhadores na sociedade e lutou em prol dos direitos dos pobres. Infelizmente, toda essa luta entre fazendeiros e trabalhadores, privações do poder público para atender às necessidades da população rural acabou gerando um proporcional êxodo rural em Itauçu. Sem condições de continuar na zona rural, porque seus filhos precisavam estudar, acabavam se mudando para a cidade, ou outras regiões.

Em seu trabalho, Sousa (2015) expõe uma fotografia que aponta um crescimento populacional na cidade, a construção de uma vila para abrigar pessoas carentes. Assim a autora descreve:

A fotografia acima mostra a dimensão do crescimento de Itauçu, tirada no ano de 1985, ela retrata a construção da chamada vila multirão, um projeto da prefeitura municipal que visava o levantamento de casas populares e de



menor custo para a população. (SOUSA, 2015, p. 31).

Os conflitos coexistem. Na tentativa de barrar os direitos dos trabalhadores, ao invés de atendê-los oferecendo subsistências para que permanecessem em suas terras, tanto os fazendeiros, quanto o poder público acabaram reforçando os problemas já existentes. Porém dessa vez, urbanos, tais como: a desigualdade social, a falta de trabalho e a violência. E na ausência de políticas públicas que resolvessem as questões, coube ao próprio poder público saná-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor para o processo de (re) construção de uma história, por mais que utilize a ficção, concatena informações de procedência histórica como explicou Bastos (2007).

Através desse artigo foi possível ver que o ficcionista pode recorrer aos procedimentos discutidos por Grangeiro (2016) e a *evidence* para organizar sua pesquisa. As memórias de Bailão e de Chafi José abrem margem para a ampliação da memória coletiva, e dos estudos historiográficos contemporâneos, uma vez que, como discutido por Halbwachs, a memória autobiográfica está vinculada à memória histórica.

O material pesquisado tem contribuído para o resgate, preservação, sistematização e divulgação da memória histórica e cultural de Itauçu.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. *Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês*, Goiânia, 2005.

COELHO, José Braga. *De Cantigueiro Grande à Itauçu: a formação de um espaço urbano*. Goiás, 2001.

GRANGEIRO, Alessandra. *O ensino da literatura e da história: uma religião dos saberes*. Paris, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.



JOSÉ, Chafi. *Nada é mais como antes – Memórias*. Goiânia: Kelps, 2017, 132.p.

JOSÉ, Raíssa Santos. Itauçu: *Memória Fotográfica de uma Cidade do Sertão Goiano*. Goiás, 2009.

SOUSA, Thays Thaynara de. *A festa de Nossa Senhora D' Abadia e São Benedito em Itauçu-GO: Memória, Saberes e Tradição*. Goiás, 2015.